

CHRISTIAN QUEIPO ESTÁ NO 2º TURNO DAS ELEIÇÕES DO C.A.

Vitória da categoria: na eleição do Conselho Administrativo da Petrobrás, o candidato Christian Queipo, apoiado pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) e seus Sindicatos filiados obteve 2.821 votos e vai disputar o 2º turno das eleições.

O C.A. da Petrobrás é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. Um órgão auxiliar, consultivo e deliberativo, responsável por administrar o negócio, direcionar decisões que tenham impacto estratégico, formulação de estatutos e regimentos, orientações e direcionamento de investimentos, alienação de bens, lançamento de ações em bolsas, etc.

Por tudo isso, é muito importante que tenha um representante dos trabalhadores que esteja comprometido com as lutas da categoria, contra a privatização e contra a venda de ativos da empresa.

A primeira batalha está vencida. Mas falta mais uma etapa.

Agora, é hora dos petroleiros se unirem para que no 2º turno Christian Queipo consiga derrotar o candidato Danilo Silva, da FUP, que obteve 4.181 votos.

O 2º turno das eleições acontece entre os dias 3 e 11 de março. Participem! Votem em Christian Queipo, nº 1961.

Quem é Queipo?

Cristian é de luta. Ele esteve no Encontro Nacional dos Petroleiros (ENAPETRO), em Santos, em fevereiro de 2017, e realizou aula-pública em frente à Petrobras durante o XI Congresso da FNP, em agosto último.

O candidato é engenheiro químico, trabalha na Petrobras desde 2007 na Engenharia Básica de Gás Natural e Energias Renováveis, com foco no desenvolvimento de tecnologias para produção de biocombustíveis de segunda geração. Também é diretor administrativo da AEPET.

Cristian se atenta para a questão do petróleo e gás desde a sua formação como técnico químico nos arredores de Buenos Aires (AR) no início dos anos de 1990, época em que começava o processo de privatização e desnacionalização da YPF.

PARA O CA DA PETROBRAS, VOTE CHRISTIAN QUEIPO, Nº 1961!

vote
**Christian
Queipo**
AUTONOMIA E
PARTICIPAÇÃO
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO!
1961



TOCHA



NOVA PROPOSTA PARA A PLR DA PETROBRAS CONTA COM A VENDA DE ATIVOS

*Eric Gil Dantas, IBEPS, a pedido do Sindipetro/SJC.

Três novas variáveis inseridas na proposta de critérios da PLR da Petrobrás mudam consideravelmente o seu caráter: a margem EBTIDA, o Fluxo de Caixa Livre e os Gastos Operacionais Gerenciáveis. Vejamos uma rápida descrição de cada uma dessas contas.

Margem EBTIDA: EBTIDA é a sigla em inglês para Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Esta conta tem por objetivo mostrar o que a empresa lucrou com suas operações desconsiderando gastos com pagamento de juros à bancos, impostos ao governo, depreciações de seus bens físicos e amortização de bens intangíveis. Desta forma, pode-se ter noção do quanto a empresa ganha sem contar com variáveis externas (como o imposto decidido pelo governo ou os juros decididos pelos bancos), o que permite, inclusive, comparações internacionais, pois juros e impostos – principalmente – diferem de país para país. É importante frisar que, apesar de muito utilizado para isso, o EBTIDA é diferente do lucro. Já a margem do EBTIDA é a divisão do EBTIDA pelo total da receita líquida de vendas.

Fluxo de Caixa Livre: Esta conta refere-se ao dinheiro que “sobra” depois de pagar todas as despesas de um determinado período. Ela pode ser utilizada para pagamentos de dívidas (já existentes ou que ainda estão para vencer), para pagar acionistas ou para investimentos futuros.

Gastos Operacionais Gerenciáveis: São os gastos de uma empresa para funcionar, como: pagamento de aluguel, funcionários e máquinas. É importante enfatizar aqui a parte de funcionários. Pedro Parente, no ano de 2017, comentou que um dos principais fatores para a Petrobras diminuir os gastos operacionais no primeiro trimestre havia sido a demissão de 60 mil funcionários da empresa. Com a diminuição de pessoas a serem pagas salários, os gastos caíram.

Com isso, a PLR passa a depender de outros critérios para além da própria responsabilidade dos funcionários da empresa e servir como justificativa para a imple-



mentação do Plano de Negócios de Pedro Parente. Apesar da Margem EBTIDA não ser igual à EBTIDA, há variáveis como o preço do petróleo – que não é responsabilidade do funcionário – que influencia nesta conta que vai ser utilizada como critério. Além disso, eventuais vendas de ativos (privatizações) também entraram na conta, que terá como função ganhar apoio dos petroleiros. Já o Fluxo de Caixa Livre tem mais a ver com a alta direção da empresa do que com o conjunto dos seus funcionários. O aumento desta conta provavelmente servirá mais para retirar dinheiro de investimento e garantir este montante para pagamentos de dívidas (já que um dos objetivos da empresa é a diminuição da sua relação com a dívida). Por fim, os Gastos Operacionais Gerenciáveis entram na mesma lógica. A diminuição de funcionários (como as demissões dos terceirizados ou planos de demissão) diminuirá este custo, ou seja, uma promessa de recompensa pela PLR por diminuição dos funcionários da Petrobras.

Em linhas gerais, estes novos critérios dão uma responsabilidade aos funcionários que não é deles e ainda serve como justificativa para os planos de Temer e Parente para a Petrobras, que são de diminuir a empresa e dividir o bolo do pré-sal com as empresas estrangeiras.

GOVERNO QUER ACABAR COM BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O governo golpista de Michel Temer apresentou uma resolução que é um ataque frontal aos benefícios de assistência à saúde dos empregados das Empresas Estatais. A resolução é do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira; do Ministro da Fazenda, Henrique Meireles, e do Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

No seu texto, a resolução impõe que as Empresas Estatais Federais (que é o caso da Petrobras) adequem a assistência à saúde de seus empregados em até 48 meses. O nosso ACT se sobrepõe à resolução, porém, ele tem a vigência de 24 meses. Teremos de lutar para manter as condições atuais.

A resolução determina no art. 3º, § 3º que "a contribuição da empresa estatal federal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder a contribuição dos empregados". Esse artigo impõe a divisão paritária na contribuição.

Atualmente, o nosso ACT prevê uma relação 70x30, com a empresa arcando com a maior parte dos custos.

Um ponto ainda mais grave é o Art. 8º: "respeitado o direito adquirido, o benefício de assistência à saúde, com custeio pela empresa, somente será concedido aos empregados das empresas estatais federais durante a vigência do contrato de trabalho". No caso, se aceitarmos essa condição, com o fim do contrato de trabalho os novos aposentados não teriam mais direito à AMS. No momento em que mais precisamos da assistência, o governo quer tirar nosso direito à assistência médica.

De conjunto, a resolução é uma tentativa de encaminhar o fim dos planos de autogestão dos funcionários de empresas estatais federais. Vamos lutar para defender nossos direitos!

Greve Geral contra a reforma da previdência! Em defesa da AMS! Contra o PED da PETROS!

POLÍTICA DA CONSEQUÊNCIA E DO TERRORISMO VAI COLHENDO SEUS FRUTOS

A subnotificação sempre foi um problema para os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobras! Nossa luta pela transparência na gestão dos acidentes é cotidiana! Porém, com a (equivocada) nova política de segurança da companhia, a coisa ficou ainda pior!

Demissões arbitrárias e pesadas multas são aplicadas diariamente na Revap com foco apenas na questão comportamental! As condições de trabalho, dos equipamentos e ferramentas disponíveis, as jornadas extenuantes e o pouco treinamento

oferecido para os trabalhadores não são levados em conta pelas gerências da refinaria. Com isso, prepostos estão sendo orientados a subnotificar incidentes e pequenos acidentes e a coagir trabalhadores, criando assim um dique contra a transparência e o tratamento dos acidentes na refinaria!

Nós avisamos e os gerentes da REVAP fizeram pouco caso! As regras de ouro não valem nada na refinaria Henrique Lage!

PROTEÇÃO (E PRIVILÉGIO) VOCÊ ENCONTRA NA SEGURANÇA INDUSTRIAL!

Pensou em proteção pensou na SI! O setor onde a proteção é mais efetiva na REVAP! Mas estamos falando daquele tipo de proteção que resulta em privilégios e tratamentos diferenciados.

Por lá existem dois ex-coordenadores e um ex-gerente de um setor que não existe mais. Mas eles continuam, graças ao elevado nível de PROTEÇÃO, usando uma sala exclusiva e ganhando promoções.

Enquanto os trabalhadores do Turno dividem com empresas contratadas dois micros sucateados, cada ex-coordenador (PROTEGIDO), tem direito a um kit com computador, notebook e celular da empresa.

Também existe uma regra diferenciada para definição do local de trabalho. Existe quem pode escolher qualquer baia e usar o uniforme quando bem entender (dois protegidos), mas para toda a força de trabalho do setor a regra é rígida e há supervisão truculenta que impõe um verdadeiro processo de assédio coletivo.

Em um setor em que a maior parte das cadeiras disponíveis estão sujas e quebradas, um ex-gerente setorial e um ex-coordenador (protegidos?) estão utilizando cadeiras que custaram aproximadamente R\$ 8 mil reais. Alguma coisa tem de estar errada. É um verdadeiro regime de "castas" e privilégios.

E o regime de PROTEÇÃO/privilégio também alcança o sistema de GD! Coincidentemente, as "letras" do setor sempre encontram as mesmas pessoas ao final da avaliação (protegidos?). Também chega na lista de convocação para serviços extraordinários, fazendo com que o número de hora extra do setor se concentre em poucas pessoas.

Do café da manhã, passando pela convivência na copa e no cotidiano das intervenções, fica muito claro que a ambiência em um setor que é de extrema importância para a refinaria está em frangalhos. E a gestão parece pouco disposta a enfrentar esse problema. É o famoso "deixa como está para ver como é que fica".

DIA DE LUTAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Está prevista para a semana depois do Carnaval a votação, na Câmara, da proposta de Reforma da Previdência, do governo Temer.

Esse é mais um grande ataque à classe trabalhadora. Afinal, o grande objetivo do governo ao tentar empurrar mais essa reforma goela abaixo é acabar com o direito à aposentadoria.

Segundo o projeto em tramitação, a proposta é aumentar a idade mínima para aposentar: homens passariam a só poder aposentar a partir dos 65 anos e, mulheres, a partir dos 62 anos. E

não é só isso: além da idade mínima, se a reforma for aprovada será necessário 40 anos de contribuição para conseguir se aposentar com o benefício integral.

Ou seja, na prática, apenas um percentual mínimo de trabalhadores chegará à aposentadoria. A grande maioria, vai morrer antes.

Para tentar barrar esses ataques, o próximo dia 19 será um Dia de Lutas, em todo o país. O Sindipetro-SJC estará nesta luta. Participe! Diga NÃO à Reforma da Previdência!